



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7854 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 20 - Psicologia da Educação

O FENÔMENO DA MEDICALIZAÇÃO NAS ESCOLAS

Rafaella Oliveira Resende Vergílio - UFG - Universidade Federal de Goiás

Rosely Ribeiro Lima - UFG - Universidade Federal de Goiás

O FENÔMENO DA MEDICALIZAÇÃO NAS ESCOLAS

O presente trabalho trata-se de parte de um estudo que buscou identificar e analisar as representações sociais dos professores sobre o uso da medicalização nas escolas e suas implicações na função docente. Para esta apresentação, buscou-se trazer um levantamento bibliográfico sobre o tema, como também dados parciais da pesquisa.

A pesquisa foi realizada em duas etapas. A princípio, foi feito um levantamento documental e bibliográfico acerca do objeto de estudo, e do referencial teórico. Dessa forma, além da utilização e análise de documentos que norteiam as políticas públicas sobre o assunto, foram feitas buscas de dados na literatura, em livros, artigos e bancos de tese e dissertações, por meio dos descritores: Medicalização na escola; Patologização do fracasso escolar; Representações Sociais, entre outros, os quais foram utilizados para oferecer referenciais. Ademais, foi realizada uma pesquisa empírica quanti-qualitativa, com o intuito de coletar os dados sobre o tema. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um roteiro de aplicação de entrevistas semiestruturadas. Os dados foram processados no *Software Iramuteq*.

Esse estudo baseia-se na Teoria das Representações Sociais (TRS). Introduzida por Serge Moscovici em 1961, e inspirada na sociologia de Durkheim, a TRS apresentou-se por meio da preocupação fundamental com a inter-relação entre sujeito e objeto, e como o processo de estruturação do conhecimento se sucede. Alimentada pela Psicologia Social, a TRS buscou, a partir de uma perspectiva coletiva, explicar os fenômenos que acontecem ao longo da vida humana (CRUSOÉ, 2004).

Através do arcabouço teórico e metodológico das pesquisas em representações sociais, o presente estudo buscou compreender as representações sociais dos professores de escolas públicas e privadas sobre o fenômeno da medicalização, de forma a contribuir com o acervo teórico de pesquisas voltadas para a área educacional. Parte-se do princípio que um estudo em representações sociais apresenta-se de forma colaborativa para as pesquisas em educação,

pois o mesmo permite responder perguntas como: de onde vem o conhecimento sobre determinado fenômeno, como o mesmo foi elaborado e com que efeito se sabe, e a partir disso, torna-se possível o estabelecimento de conexões com as práticas sociais de um grupo específico, como o grupo de professores, no caso desta pesquisa.

A pesquisa ainda se encontra em andamento, sendo possível exibir neste momento os resultados parciais referentes à revisão bibliográfica e alguns dados quantitativos. Primeiramente, apresentar-se-á as discussões existentes sobre o tema, e posteriormente uma primeira mostra de dados quantitativos.

Por meio da revisão de literatura realizada através do levantamento de dissertações e teses da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) verificou-se que, utilizando os descritores: “Representações sociais dos professores” foram encontrados 1.213 trabalhos, sendo 887 dissertações e 326 teses. Dentro deste universo, ao verificar os descritores “medicalização” e “medicamento nas escolas” não foram apresentadas nenhuma dissertação ou tese sobre o assunto. Já sobre o assunto isolado acerca da “medicalização nas escolas”, foram encontradas 142 pesquisas, sendo 97 dissertações e 45 teses, no entanto, nenhuma delas se referiam às representações sociais dos professores sobre este fenômeno.

Em um segundo levantamento realizado no Catálogo de Teses da plataforma CAPES, utilizando o seguinte descritor: “Representações sociais dos professores sobre medicalização”, verificou-se que nos últimos 5 anos, 9.962 pesquisas que tangenciavam o assunto foram realizadas em programas de pós-graduação em Educação do Brasil, sendo 6.730 dissertações e 3.232 teses. Dessas, somente uma possuía o foco de investigação sobre as representações sociais dos professores acerca do fenômeno da medicalização, no entanto, englobava somente a investigação com professores de ensino fundamental, não englobando o universo do ensino infantil.

Diante desses apontamentos, a presente pesquisa se faz relevante na medida em que contribui com a complementação do acervo acerca do assunto, que apresentará reflexões sobre o uso da medicalização nas escolas e a função do professor diante disso. De acordo com Collares e Moysés (1994) o termo medicalização diz respeito ao processo de converter demandas não-médicas, sobretudo de gênese social e política, em demandas médicas, ou seja, é a tentativa de constatar no campo médico as causas e soluções para intempéries dessa natureza. A inserção do processo de medicalização no âmbito escolar pôde ser evidenciada a partir de práticas higienistas. No Brasil, tais práticas passaram a se apresentar nas escolas ao fim do século XIX. A princípio, sua implementação foi justificada como algo imprescindível para as escolas em geral, com o intuito de evitar o adoecimento das crianças. Tratava-se, portanto, de uma preocupação com a saúde pública, focada na prevenção de enfermidades, evitando a proliferação de epidemias. (ZUCOLOTO; PATTO, 2007).

Para além disso, as práticas higienistas e de medicalização dentro das escolas podem se configurar como ações que contribuem para a manutenção da ordem e disciplina neste ambiente. Por meio de tais práticas, é possível observar formas latentes de excluir e segregar aqueles estudantes que fogem do que é esperado. Os processos de medicalização e patologização ocorrem numa conjuntura em que o Estado, embasado no discurso de defender e assegurar a saúde e a educação de todos os cidadãos, atende aos interesses próprios de controle da sociedade, além de fortalecer o mercado farmacêutico e aliviar a demanda de profissionais da área da educação que buscam por uma adequação e “normalização” dos alunos às condições das escolas.

No que se refere ao consumo de psicofármacos, o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade (2015) aponta que mesmo o Brasil não se enquadrando entre os dez

maiores consumidores de metilfenidato (princípio ativo de medicamentos utilizados para o tratamento de doenças ligadas ao processo de aprendizagem) do mundo, o país apresenta índices alarmantes em relação à sua importação, tendo em vista de que no ano de 2012 o Brasil chegou a importar cerca de 578 kg deste componente e, no ano seguinte, avançou em 300% a mais no número de importação, sendo equivalente a 1820kg de material importado. Isso significa que a demanda por medicamentos aumentou exponencialmente, e paralelo a isso, ampliou-se o número de pessoas com diagnóstico.

Diante desse contexto, a preocupação dessa investigação está situada na busca de compreender o fenômeno da medicalização no âmbito educacional e suas implicações na função docente, para que se possa saber o que está sendo pensado, ou mesmo, naturalizado, em relação ao uso de medicamentos pelos alunos. Na pesquisa de campo, foram entrevistados 72 docentes, 46 de escolas públicas, 22 de escolas públicas e 04 que atuam em ambas instituições. Para introduzir a entrevista, foi realizada a seguinte pergunta: “Você considera que existe diferença na atuação do professor comparando a escola pública e a privada?” Entre os 72 entrevistados, 50 afirmaram que sim e 22 que não. Localizando os professores que atuam nas escolas públicas, 33 afirmaram que sim e 13 que não, buscando os professores das escolas privadas, 20 falaram que sim e 2 disseram não, e dos professores que atuam em ambas as instituições, 3 falaram sim e 1 não. Portanto, aproximadamente 70% responderam que existe diferença entre as duas instituições. Perante, as respostas, pedimos que justificassem sua escolha. Os professores que atuam nas escolas públicas destacam que na instituição privada existe maior participação dos pais na vida escolar dos filhos, entre algumas delas, afirmam que por ter diferença, seus próprios filhos estudam nas escolhas privadas. Esses dados são recorrentes nos estudos sobre a importância da família na vida escolar das crianças. Nos próximos dados, buscar-se-á saber se a medicalização é pensada de forma diferente diante desses dois tipos de escolas.

Entende-se que o desvendamento das representações pertencentes à realidade educacional contribui diretamente com a análise do contexto em que se vive. Por conta disto, a questão do uso da medicalização nas escolas, por parte dos alunos, discutida pelos docentes como algo que cerca o processo de ensino e aprendizagem, deve ser analisada via representações que esses docentes têm sobre a medicalização. Neste entendimento, a TRS possibilita a apreensão do saber partilhado e cultivado pelos professores sobre o fenômeno descrito, crendo que o conhecimento produzido por essa experiência possa interferir diretamente nas suas práticas.

Na tentativa de se enquadrar ao padrão de indivíduo que a sociedade espera, o ser humano passa a fazer o uso de fármacos de forma a reduzir seu sofrimento diante da pertença social, isso também pode estar sendo levado para a rotina das crianças. A problematização sobre uma possível naturalização do uso de medicamentos por crianças precisa ser levada para o ambiente escolar, a fim de construir reflexões que possam apontar caminhos para o atendimento das diferenças individuais e formativas dos alunos nas escolas.

É importante salientar que o processo formativo do professor é um processo contínuo que se dá por meio de toda a sua orientação teórico-prática adquiridas durante a sua experiência acadêmica, incluindo a sua experiência de vida enquanto sujeito e de trabalho enquanto profissional. A partir das mudanças constantes no mundo e na realidade da sociedade, o docente se vê na necessidade de se sentir preparado para todas as adversidades possíveis em seu trabalho. Isso inclui saber lidar com a introdução da medicalização no ambiente escolar.

Enfim, entende-se que a informação, o conhecimento e as representações são importantes formas de se pensar e de refletir sobre a medicalização, e também de saber lidar

com a mesma. A partir dos debates sobre o tema, torna-se possível desenvolver uma maior consciência por parte da sociedade sobre o uso indiscriminado de fármacos, além de incentivar também o questionamento de diagnósticos precoces em crianças. Por isso, compreende-se que o incentivo e a realização de pesquisas que abordam esta temática são imprescindíveis para a construção de um cenário com condições melhores de saúde e educação. Neste sentido, evidencia-se que conhecer as representações sociais de professores sobre este fenômeno, auxilia na compreensão da atual realidade da comunidade escolar, e ajuda a refletir acerca das ações do que podem ser realizadas para melhorar tal realidade.

Palavras-Chave: Representações Sociais. Professores. Medicalização. Escola.

REFERÊNCIAS

COLLARES, C. L.; MOYSÉS, M. A. A. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (A Patologização da Educação). **Série Idéias**, n. 23, São Paulo: FDE, p. 25-31, 1994.

CRUSOÉ, N. M. C. A Teoria das Representações Sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação. **APRENDER - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, Vitória da Conquista, Ano II, n. 2, p. 105-114, 2004.

FÓRUM SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE. Nota Técnica: **O Consumo de Psicofármacos no Brasil, Dados do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados Anvisa (2007-2014)**, 25 páginas, Junho de 2015. Disponível em: <http://medicalizacao.org.br/nota-tecnica/> Acesso em: 15 de agosto de 2020.

ZUCOLOTO P.C.S.V.; PATTO M.H.S. O médico higienista na escola: as origens históricas da medicalização do fracasso escolar. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v.17, n.1, p.136-145, 2007.